



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Licitação- Termo de Referência- Serviços nº 3397431/2026/STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

São Paulo, 21 de maio de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC – LEI 14.133/2021

(Processo Administrativo nº 23089.003065/2024-65)

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de preços para a contratação de serviço de enlace de dados (LAN-TO-LAN) **redundante**, para garantia da interconexão de unidades e campi da UNIFESP por meio de circuitos transparentes baseados na infraestrutura MPLS/Metro Ethernet, suportando tráfego de dados de multimídia (incluindo voz e transmissão de fluxo de vídeo) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos e das conexões conforme constantes neste documento, bem como no Edital, visando promover a garantia do fluxo ininterrupto e independente, dos dados necessários à execução das atividades acadêmicas e administrativas, **garantindo-se a não interrupção da conectividade em caso de evento fortuito que venha a atingir os circuitos principais 'Lan to Lan' da instituição**, respeitando-se as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e nos demais documentos deste processo.

Tabela 01

Item	Contratação de serviço de enlace de dados (LAN-TO-LAN) redundantes para garantia da interconexão de unidades e campi da UNIFESP por meio de circuitos transparentes baseados na infraestrutura MPLS/Metro Ethernet, suportando tráfego de dados de multimídia (incluindo voz e transmissão de fluxo de vídeo) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos das conexões conforme constantes neste documento, bem como no Edital.	CATSER	Quantidade por mês (para 12 meses)	Valor unitário	Valor total
1	Links de Fibra óptica 1000 Mbps	26506	36	R\$ 5.724,34	R\$ 306.076,24
2	Links de fibra óptica 400 Mbps	26506	168	R\$ 3.576,56	R\$ 600.862,08
3	Links de Fibra óptica 200 Mbps	26506	108	R\$ 1.983,33	R\$ 214.199,64
4	Links de Fibra óptica 100 Mbps	26506	60	R\$ 1.233,33	R\$ 73.999,80
5	Links de fibra óptica 50 Mbps	26506	96	R\$ 790,00	R\$ 75.840,00
6	Custo de instalação e ativação por circuito	1988	39	R\$ 800,00	R\$ 31.200,00
					R\$ 1202.177,76

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, uma vez que se trata de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Ademais, encontra-se em outros órgãos públicos e tem sido uma modalidade bem difundida entre os entes, vez que traz grandes vantagens econômicas e tecnológicas, permitindo atualização tecnológica.

O prazo de vigência da contratação é de <.....> contados do(a) <.....>, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: será adotado prazo de vigência de 10 anos.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 Os serviços são enquadrados como continuados tendo em vista que **se referem ao fornecimento de uma solução de serviços Lan To Lan, em caminhos alternativos aos já instalados estabelecendo um sistema de comunicação redundante capaz de garantir a conectividade em caso de evento fortuito ou falha técnica que venha a inviabilizar temporariamente o funcionamento da transmissão de regular do tráfego de dados necessário às atividades acadêmicas e Administrativas da UNIFESP.**

JUSTIFICATIVA DE INCLUSÃO: Informações detalhadas sobre a contratação.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ocorrer a sua prorrogação por prazo limitado até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde de que seja comprovada a vantajosidade e disponibilidade orçamentária, observando-se os ritos previstos em lei a cada renovação contratual.

~~O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano da ocorrência da emergência ou calamidade) contados do(a), improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133, de 2021.~~

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: não se trata de emergência ou calamidade.

1.5 O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

~~Tratando-se de contratação que prevê operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, prazo de vigência da contratação é de, prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), contados do(a), na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021. [L11DB1]~~

~~O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../...~~

Nota Explicativa 2: Segundo o art. 2º, XXXI, da IN SGD nº 94, de 2022, sistemas estruturantes de tecnologia da informação são "sistemas de informação desenvolvidos e mantidos para operacionalizar e sustentar as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central".

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: informações não se aplicam a contratação.

Informações Relevantes

1.6 O objeto da contratação é enquadrado como uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

1.7 O objeto do pretendido contrato constitui uma única solução de TIC.

1.8 O objeto não corresponde a nenhum dos serviços descritos no art. 8º, § 2º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, ANEXO I.

1.9 A presente contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável.

1.10 O presente Termo de referência contém todos os elementos necessários para a caracterização da contratação, conforme disposição do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

1.12 A pretendida contratação não envolve itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas.

1.13 Em razão do presente objeto configurar-se na contratação de serviços que englobarão o fornecimento dos artefatos acima descritos, sua manutenção preventiva e corretiva, incluindo disponibilização de softwares, hardwares, peças, fibras, conduítes, aviamentos, montagem e tudo mais que seja necessário, nos termos deste instrumento, não haverá possibilidade de parcelamento da solução descrita neste Termo de Referência.

1.14 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.15 Na hipótese em que a Unifesp decida pela prorrogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), haverá a renovação de todos os quantitativos fixados inicialmente na licitação, conforme os Pareceres n. 00320/2024/CONJUR-CGU/CGU, nº 01118/2024/CONJUR-MGI/CGU/AGU e n. 00453/2024/CGAQ/SCGP /CGU/AGU, emitidos em 2024. Nestes pareceres, a Advocacia-Geral da União se posicionou favoravelmente à renovação dos quantitativos registrados inicialmente, em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, desde que sejam observados os seguintes requisitos:

1.16 Comprovação da vantajosidade dos preços;

1.17 Respeito ao princípio da anualidade das contratações públicas e à expectativa de consumo anual;

1.18 Planejamento e previsão da prorrogação e renovação dos quantitativos no edital e nos estudos técnicos preliminares;

1.19 Cumprimento das diretrizes de consulta e verificação das condições dos fornecedores e órgãos participantes, conforme estabelecido pela SFC na Nota Técnica nº 3037/2024;

1.29 A prorrogação da ata de registro de preços deverá ocorrer dentro do período de sua vigência e ser formalizada por meio de termo aditivo.

1.21 Para os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços (ARP) destinados à prestação de serviços não haverá garantia de quantidade mínima de equipamentos a serem contratados. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços nas quantidades demandadas pela Administração.

1.22 Sobre o princípio do parcelamento, destaca-se que a alínea "b" do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que este princípio deve ser atendido quando a contratação for tecnicamente e economicamente viável. Além disso, é importante esclarecer que o § 3º do mesmo artigo orienta que o parcelamento não será adotado quando:

1.21.1 "I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

1.22.2 II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;".

1.22.3 Dessa forma justifica-se a inviabilidade do parcelamento do objeto, com o objetivo de garantir a gestão e o monitoramento integrado dos ativos, a gestão unificada e simplificada dos contratos de fornecimento de serviços de circuitos Lan to Lan para a Unifesp.

1.23 Para fins de avaliação e determinação das instâncias de governança para a contratação, conforme as disposições do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, informa-se que a contratação deve ser categorizada como atividade de custeio.

1.24 Este Termo de Referência, assim como o Estudo Técnico Preliminar anexo a este processo de contratação, estão de acordo com os ditames do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

1.25 Por se tratar de contratação específica e características direcionadas ao atendimento às necessidades da UNIFESP julga-se conveniente **não** permitir a adesão tardia à Ata de Registro de Preços por outros órgãos públicos interessados.

1.26 O objeto desta contratação **não se enquadra** nos itens abarcados diretamente pela Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

1.27 A estimativa da tabela 01, constitui a expectativa de contratação prevista pela UNIFESP para a formação de uma Ata de Registro de Preços (ARP), baseando-se na necessidade **atual levantada**. A quantidade prevista não representa um empenho imediato, mas o teto máximo que a Administração pretende demandar durante sua vigência, conforme disponibilidade de recursos orçamentários.

1.28 Em caso de renovação do prazo de vigência da ARP resultada da presente licitação, devem ser considerados os saldos não utilizados no período normal da vigência para composição dos novos quantitativos.

Justificativa inclusão: Detalhamento das condições de contratação, opção pelo uso do Sistema de Registro de Preços e pela adjudicação em grupo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de **Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de conectividade de rede de forma independente dos circuitos já contratados**, visa promover a garantia do fluxo ininterrupto dos dados necessários a execução das atividades acadêmicas e administrativas, garantindo-se a não interrupção da conectividade em caso de evento fortuito que venha a atingir os circuitos principais "Lan to Lan".

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE3	Fortalecer a governança de TIC utilizando práticas ágeis e eficientes de gestão, alinhadas às metas, legislações e objetivos institucionais.
OE5	Investir em inovação e atualização tecnológica, promovendo a modernização, a integração e a centralização da infraestrutura, sistemas e operações de TIC.
OE6	Ampliar a disponibilidade, qualidade, integridade, confidencialidade, interoperabilidade, capacidade e acessibilidade dos sistemas, serviços e produtos de TIC.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2021-2025, que foi prorrogado pelo Comitê Estratégico de TI (CETIC) até junho de 2026.			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
PDTI05	Aprimorar o processo de gestão de requisições de serviços.	TNAGM	O aprimoramento do processo de gestão de requisições de serviços visa otimizar a eficiência, transparência e qualidade no atendimento aos usuários, garantindo uma comunicação clara, fluxos de trabalho bem definidos, priorização adequada das demandas e redução do tempo de espera. Isso resulta em uma experiência mais satisfatória para os usuários e na melhoria geral nos serviços prestados pela organização

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência. Porém, acrescentaremos abaixo alguns detalhes que julgamos importantes constar aqui neste TR, bem como constam no ETP.

3.1.2 A solução de TIC consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento **serviço de enlace de dados (LAN-TO-LAN)** para interconexão **redundante** de unidades e campi da UNIFESP por meio de circuitos transparentes baseados na infraestrutura MPLS/Metro Ethernet, suportando tráfego de dados de multimídia (incluindo voz e transmissão de fluxo de vídeo) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos das conexões conforme constantes neste documento, bem como no Edital, visando garantir a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de transmissão de dados de forma redundantes e totalmente independente dos circuitos "Lan to lan" principais já instalados.

3.1.3 O objetivo desta licitação é garantir a manutenção da conectividade das unidades Acadêmicas e Administrativas do Campus São Paulo e Reitoria em caso de falha dos meios principais de comunicação de dados contratados, mantendo-se os acessos aos serviços em rede e à internet em alta velocidade, em caso de falha ou evento fortuito que afete temporariamente os circuitos de links "lan to lan" principais.

3.1.4 Essa contratação engloba a prestação dos serviços especificados abaixo:

3.1.5 Instalação de infraestrutura de circuito de transmissão de dados via fibra ótica incluindo todos os equipamentos necessários para o correto funcionamento do fluxo de dados incluindo cabos, canaletas, suítes e quaisquer outros equipamentos necessários à transmissão e entrega dos dados ponto a ponto, independente de ser em via pública ou nas instalações da contratante;

3.1.6 Gestão e reparo do sistema de todos os equipamentos que apresentarem problemas ou defeitos de funcionamento;

3.1.7 Provisão e atualização contínua dos equipamentos e itens deste Edital garantindo a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de TIC;

3.1.8 Garantir a continuidade dos serviços prestados relacionados os equipamentos e itens deste Edital;

3.1.9 Após o período de 60 (sessenta) meses de instalação do equipamento, a CONTRATANTE, deverá substituí-lo por modelo igual ou similar, com a possibilidade da CONTRATADA realizar a doação dos equipamentos antigos para a Unifesp.

3.1.10 O objetivo dessa contratação é mitigar as interrupções na conectividade institucional, passando a contar com recurso efetivo de gerenciamento de riscos e resposta rápida e eficiente a eventos fortuitos e acidentados envolvendo a rede principal. A equipe de tecnologia da informação (ti), passará a contar de forma efetiva com a possibilidade de intervir de forma ativa e ágil na restauração da conectividade, através de canais alternativos que poderão ser acionados até que o reparo e restabelecimento dos canais principais possa ser executado.

3.1.11 Para adquirirmos com segurança um serviço capaz de atender a necessidade de complementação segura e eficaz em caso de falta dos links principais, temos que verificar as especificações de cada circuito principal ativo, considerando os requisitos de hardware, velocidade e capacidade de transmissão de dados implementada. Se faz necessária ainda a análise do caminho de instalação do circuito principal, para que possamos buscar um método alternativo eficaz, capaz de manter o desempenho de conectividade suficiente para o funcionamento normal e sem interrupção de qualquer unidade cujo link de dados principal esteja passando por indisponibilidade. Desta forma Entendemos que o ideal será adquirir um serviço totalmente desvinculado do principal.

3.1.12 Assim sendo, a aquisição em tela, deve representar um fator de garantia de funcionamento de serviço essencial, contemplando os mesmos padrões de velocidade, disponibilidade e funcionamento dos links "lan to lan" os quais garantirão a substituição dos recursos de conectividade principal em casos de emergência.

3.1.13 Os circuitos Lan to Lan já adotados como solução principal, tem demonstrado que a velocidade de transmissão na fibra óptica é significativamente maior e mais confiável do que nas conexões por fios de cobre. A maior estabilidade e velocidade de conexão são motivos que justificam a manutenção da solução como melhor alternativa técnica, considerando as especificidades e necessidades dos Campis UNIFESP, cujos serviços e informações precisam transitar por muitos prédios diferentes, através de grandes distâncias e com nível adequado de segurança para as informações trafegadas. Considerando os serviços digitais oferecidos pela Universidade à sua comunidade, considerando os sistemas e serviços digitais dedicados ao atendimento das atividades de Acadêmicas e Administrativas o circuito de transmissão contratado no modelo "Lan to lan" já se provou ser hoje a única alternativa viável ao atendimento adequado da conectividade das unidades da UNIFESP nos cenários e contextos em que suas atividades e locações estão inseridas.

3.2 Bens e serviços que compõem a solução

Tabela 2

Tipo	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade por mês	Métrica ou Unidade de medição
	Contratação de serviço de enlace de dados (LAN-TO-LAN) redundantes para garantia da interconexão de unidades e campi da UNIFESP por meio de circuitos transparentes baseados na infraestrutura MPLS/Metro Ethernet, suportando tráfego de dados de multimídia (incluindo voz e transmissão de fluxo de vídeo) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos das conexões conforme constantes neste documento, bem como no Edital.	26506		
1	Links de Fibra óptica 1000 Mbps	26506	3 (três) unidades	Mbits/s
2	Links de fibra óptica 400 Mbps	26506	14 (quatorze) unidades	Mbits/s
3	Links de Fibra óptica 200 Mbps	26506	9 (nove) unidades	Mbits/s
4	Links de Fibra óptica 100 Mbps	26506	5 (cinco) unidades	Mbits/s
5	Links de fibra óptica 50 Mbps	26506	8 (oito) unidades	Mbits/s
6	Custo de instalação e ativação por circuito	1988	39 (trinta e nove) unidades	Unidade

3.2.1 Detalhamento da Solução :

3.2.1.2 Os locais de aplicação dos circuitos seguem detalhados abaixo :

Tabela 3

Item	Tipo	grupo	nome da unidade que receberá a redundância	Mbps	Ponto A	Ponto B
1	5	3	Medicina Esportiva (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 713 - Vila Clementino, São

						Paulo - SP, 04022-002
2	5	3	Centro de Diabetes (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 639 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04022-001
3	5	3	Gastroenteriologia (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 861 / 869 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04039-032
4	5	3	EPE (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 754 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-002
5	5	3	Infectologia Pediátrica (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 655/659 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001
6	5	3	Campus São Paulo - Fonoaudiologia	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 802 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062
7	5	1	CAAF	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. dos Jacintos, 222 - Mirandópolis, São Paulo - SP, 04049-050
8	5	3	Departamento de Pediatria (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 598 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062
9	5	3	SESMT	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Onze de Junho, 187 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04041-050
10	4	1	Laboratório L3M (Campus Diadema)	100	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro CEP 09913-030. Diadema	Campus Diadema Laboratório L3M - Rua Manoel da Nobrega nº 1539 – Centro - Diadema - CEP 09972-270
11	4	3	Hemocentro	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Dr. Diogo de Faria, 824 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04037-002
12	3	3	DDI (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 800 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-000
13	4	3	Lemos Torres (campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Lemos torres (Botucatu 620)
14	3	3	CAISM (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Maj. Maragliano, 241 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04017-030
15	3	1	Unidade Talim (campus São José)	200	Unifesp São José Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes s/n – Eugênio de Mello – CEP 12247-014. São José dos Campos	Unidade Talim - Rua Talim, nº 330 - São José dos Campos - São Paulo - CEP: 12231-280
16	3	2	Unidade Máximo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico IV - Rua Maria Máximo, 168 - Ponta da Praia - Santos/SP - CEP: 11030-100
17	3	2	Centro Histórico (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Centro Histórico - Rua Quinze de Novembro 195 - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-908
18	3	2	Carvalho Mendonça (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico II - Rua Carvalho de Mendonça, 144 - Encruzilhada - Santos/SP - CEP: 11070-100
19	3	2	Augusto Severo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Augusto Severo - Rua Augusto Severo, nº. 7 - 2º Andar - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-050

20	3	1	Complexo didático (nova unidade Diadema)	200	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro - CEP 09913-030.	Campus Diadema Complexo Didático - Av. Conceição, nº 515 – Centro – CEP 09920-000
21	3	1	Nova Unidade São José dos Campos	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Cidade Jardim, 575 - São José dos Campos/SP CEP: 12231-675
22	3	3	Infar (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Três de Maio, 100 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04044-010
23	2	3	Escola Paulistinha (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Varpa - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032
24	2	3	Edifício Acadêmico I (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 781 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032
25	2	1	José de Alencar (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030
26	2	1	Unidade Guarulhos (Campus Guarulhos)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Estr. do Caminho Velho, 333 - Jardim Nova Cidade, Guarulhos - SP, 07252-312
27	2	1	Unidade Osasco (Campus Osasco)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua General Newton Estilac Leal, 932, Bairro Quitaúna – Osasco/SP, 06190-170
28	2	1	Reitoria	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001
29	2	1	Unidade Zona Leste	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera São Paulo/SP - CEP 08260-001.
30	2	1	Unidade Parque Tecnológico (Campus São José))	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Unidade Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, nº 1201 - Eugênio de Mello, CEP: 12247-014
31	2	1	Unidade Silva Jardim (Baixada Santista)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020
32	2	3	HU2	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 821 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001
33	2	3	CRIEN (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Borges Lagoa, 770 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04038-001
34	2	1	Conceição (Diadema)	400	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030	Av. Conceição, 545 - Centro - CEP: 09920-000 - Diadema - SP
35	2	1	REIDEL (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Artur Riedel, 275, Jd Eldorado, Diadema. CEP 09972-270
36	2	3	Centro Cultural em Saude - UNIFESP	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062
37	1	1	Campos São Paulo - USP	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Avenida Professor Luciano Gualberto, travessa 3, nº 71 - Cidade Universitária CEP: 05508-010 - Butantã
38	1	1	Reitoria - cinemateca	1000	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001	Largo Senador Raul Cardoso, 207 - Vila Clementino - CEP: 04021-070

39	1	1	DIS	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062
----	---	---	-----	------	---	---

3.3 Com relação à estratégia nacional de governo digital (engd), publicada por meio do decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024, a contratação guarda alinhamento com os seguintes objetivos: objetivo estratégico 6: dispor de infraestrutura moderna, segura, escalável e robusta para a implantação e evolução de soluções de governo digital, promovendo soluções estruturantes compartilhadas, uso de padrões comuns e a integração entre os entes federados; especialmente no tocante às recomendações para o alcance dos objetivos da engd, elencadas pela portaria sgd/mgi nº 4.248, de 26 de junho de 2024, informa-se que a contratação está diretamente relacionada às seguintes recomendações: recomendação 8.3: adotar padrões e boas práticas estabelecidas para a contratação de serviços de tecnologia, garantindo o máximo de interoperabilidade e formas de integração com os sistemas já disponíveis. por não se tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação não será integrado à plataforma gov.br, nos termos do decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste termo de referência.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária para esclarecimentos quanto necessidade da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1 Ao contratar uma empresa especializada no fornecimento de Serviço de comunicação de dados através de circuito de fibra óptica (lan to Lan), é importante estabelecermos claramente os requisitos do negócio para garantir que a empresa atenda às necessidades específicas da Unifesp. Abaixo estão alguns requisitos importantes a serem considerados.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.2 Requisitos de Capacitação

4.2.1 Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo horas de duração.

JUSTIFICATIVA EXCLUSÃO: não será necessária capacitação.

4.2.2 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.3 Requisitos Legais

5.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis.

4.4 Requisitos de Manutenção

4.4.1 Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades; as correções serão realizadas pela empresa contratada, que será realizada, também, por abertura de chamados pelas vias de comunicação escolhidas entre Contratante e Contratada.

4.4.1.O detalhamento dos requisitos relacionados às manutenções corretivas, preventivas e adaptativas estão detalhados no presente Termo de Referência nas partes de obrigações da contratada e outros requisitos aplicáveis.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.5 Requisitos Temporais

4.5.1 A execução dos serviços deve ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, em conformidade com os Requisitos de Projeto e Implementação deste Termo de Referência, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada por igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pelo CONTRATANTE.

4.5.1.1 Os serviços de manutenção acima descritos devem ser prestados no prazo máximo de 5:00 (cinco) horas úteis a partir da abertura do (Chamado) emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.5.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á hora do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.2.2 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em horas corridas. Ressaltando que serão contados as horas a partir da detecção do incidente até a mesma hora da constatação do restabelecimento do serviço contratado.

4.5.3 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
	(.....) dias OU horas	(.....) dias OU horas
	(.....) dias OU horas	(.....) dias OU horas

JUSTIFICATIVA EXCLUSÃO: os prazos estão detalhados em outro item.

4.5.4 Na execução dos serviços, deverão ser observados os prazos definidos neste Termo de Referência.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.5.5 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e :

4.5.5.1 Os equipamentos a serem adquiridos deverão respeitar os requisitos específicos de Segurança da Informação com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

4.5.5.2 No que couber e a título de exemplificação, é recomendável que os requisitos contemplem aspectos que: propiciem a disponibilidade da solução de TIC contratada; evitem vazamento de dados e fraudes digitais; exijam, por parte da contratada, a definição de processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolvam a solução de TIC; possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação; assegure a continuidade do negócio implementado pela solução; realizem o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente; prevejam a realização de auditoria de SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação; assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada; e indiquem diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro.

4.6 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.6.1 Os serviços devem estar aderentes às diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.6.1.1 Lei nº 12.305/2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, quando aplicável ao objeto;

4.6.1.2 Todos os resíduos sólidos gerados pelos serviços fornecidos que necessitem de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305 /2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. A contratada deverá aplicar o disposto nos Artigos de nºs 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nº 3º; Art. 14, parágrafo 1º; Art. 18, inciso IX; Art. 19, inciso I; Art. 21; Art. 22, inciso I; Art. 24, parágrafo 1º; Art. 25; Art. 26, inciso I; Art. 27; e Art. 28 do Decreto nº 10.936, 12 de janeiro de 2022, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.

4.6.1.3.Plano de Logística Sustentável da Unifesp (<https://www.unifesp.br/reitoria/dga/legislacao-principal/interna/pls>).

JUSTIFICATIVA: Inclusão para atendimento a lei e aos normativos

4.7 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.7. 1 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.7.2 As diretrizes de arquitetura tecnológica referem-se àquelas relacionadas com padrões ou protocolos para conexões de rede estabelecidos, espaço das instalações, distribuição de ativos tecnológicos e outras orientações correlatas necessárias para a perfeita execução dos serviços.

4.7.3 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.8 Requisitos de Projeto e de Implementação

4.8.1 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.8.1.1 O vencedor do certame terá o prazo de até 5 dias úteis para assinatura do Termo de Contrato/Instrumento Equivalente e apresentação da documentação necessária nesta fase, se couber, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou convocação para assinatura do Termo de Contrato/Instrumento Equivalente emitidos pelo CONTRATANTE e formalmente comunicados;

4.8.1.2 A CONTRATANTE publicará em até 30 dias o extrato do Termo de Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

4.8.1.3 A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias para disponibilização de 100% da solução,

4.8.1.4 Para fins de pagamento, será considerado apenas os equipamentos e serviços que foram entregues, instalados e devidamente configurados, estando aptos para o seu efetivo uso. Será obedecida a proporcionalidade de tempo de efetiva prestação do serviço no mês, conforme a quantidade de serviços disponibilizados nos locais definidos na Ordem de Serviço. O dia de instalação/disponibilização não será contado para o cálculo da proporcionalidade;

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.9 Requisitos de Implantação

4.9.1 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.9.2 O processo de instalação dos equipamentos e ativação dos serviços deverá ser realizado pela CONTRATADA sob supervisão do preposto, que dará conhecimento do andamento do fornecimento aos diversos locais ao gestor do contrato;

4.9.3 Para a implantação dos equipamentos, será necessária a disponibilização de infraestrutura local (espaço físico, ponto de rede e ponto de força). Os equipamentos contratados como serviço deverão ser disponibilizados instalados, configurados, inventariados e monitorados, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.

4.9.4 Será de total responsabilidade da CONTRATADA a instalação, montagem e a configuração dos equipamentos fornecidos.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.10 Requisitos de Garantia e Manutenção.

~~O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.~~

~~O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: O prazo de garantia está detalhado nos itens a seguir.

4.10.1 Por se tratar de uma contratação de serviços de de circuito de transmissão de dados “Lan To Lan”, a garantia deverá estar disponível durante toda a vigência contratual, e o suporte técnico dos itens que compõe a solução deverá estar vinculado à disponibilidade dos serviços exigida nos Níveis Mínimos de Serviço previstos neste este Termo de Referência).

4.10.2 A assistência técnica e o suporte ao usuário, nos termos do Edital e seus anexos, estendem-se por toda a vigência contratual.

4.10.3 Os serviços contratados deverão ser prestados pela CONTRATADA nas localidades especificadas neste edital.

4.10.4 A CONTRATADA poderá executar os serviços de assistência técnica e suporte ao usuário por meio de sua rede credenciada, permanecendo totalmente responsável por tais serviços.

4.10.5 A CONTRATADA deverá assegurar que os equipamentos e serviços estejam sempre em pleno funcionamento, independente dos equipamentos utilizados para tal estarem ou não no prazo de garantia dos fabricantes.

4.10.6 A garantia, a manutenção, a assistência e o suporte técnicos deverão estar disponíveis a partir do 1º dia útil subsequente à disponibilização para uso dos equipamentos nos locais definidos na Ordem de Serviço (OS).

4.10.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de garantia, manutenção, assistência e suporte técnico ao usuário de forma on-site para problemas que não possam ser resolvidos remotamente.

4.10.8 A solução de serviços de circuito de transmissão de dados via fibra óptica “lan to Lan “ deverá contemplar manutenções preventivas, corretivas e adaptativas, incluindo as atualizações dos softwares fornecidos originalmente com os equipamentos.

4.10.9 As manutenções preventivas consistem em um conjunto de ações planejadas e sistemáticas destinadas a garantir o bom funcionamento, a segurança e o desempenho dos equipamentos disponibilizados. Essas ações incluem a utilização, pela CONTRATADA, de software de gerenciamento e monitoramento do desempenho dos equipamentos, com ações proativas sempre que identificada necessidade, visando atender aos Níveis Mínimos de Serviço .

4.10.10 Todas as atualizações disponíveis deverão ser informadas ao CONTRATANTE e somente poderão ser executadas mediante autorização.

4.10.11 As manutenções corretivas referem-se às ações tomadas para corrigir falhas ou defeitos que ocorrem nos equipamentos, fibras, conexões switches e softwares originalmente fornecidos após o reporte de um incidente à CONTRATADA ou identificado pela CONTRATADA por meio de eventos gerados pelo software de gerenciamento e monitoramento.

4.10.12 As manutenções adaptativas envolvem modificações e ajustes nos equipamentos, switches, fibras e softwares para garantir funcionamento correto e a adequação a um ambiente de operação constante e correto da solução contratada. Isso inclui atualizações para compatibilidade com novos dispositivos, a adaptação a novas políticas de segurança implementadas, bem como atualizações na imagem matriz dos equipamentos, a pedido do órgão CONTRATANTE.

4.10.13 As manutenções preventivas e corretivas incluem a substituição e a reposição de peças quando necessário, inclusive a substituição total do equipamento, visando atender aos Níveis Mínimos de Serviço previstos neste Termo de Referência.

4.10.14 Tanto as manutenções preventivas quanto adaptativas deverão ser realizadas sempre que necessário, executadas em casos de incidentes nos equipamentos, a pedido do CONTRATANTE; e, preventivamente, mediante verificação proativa da CONTRATADA através do software de gerenciamento e monitoramento dos equipamentos.

4.10.15 O serviço de suporte e assistência técnica ao usuário deverá cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas pela solução disponibilizada, incluindo problemas dos softwares e hardwares originalmente fornecidos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas para o perfeito funcionamento dos serviços contratados.

4.10.16 O acionamento do serviço de suporte e assistência técnica ao usuário deverá estar disponível por meio de central telefônica DDG (0800) e via website, ambos em língua portuguesa (Português-BR), para operacionalização da abertura de chamados e fornecimento de número de protocolo, a fim de realizar o acompanhamento e monitoramento das solicitações.

4.10.17 O CONTRATANTE deverá ter acesso, via website, a um sistema para abertura, visualização e monitoramento de todos os chamados técnicos abertos e intervenções realizadas ou em andamento com registro completo das ocorrências, incluindo, no mínimo, as seguintes informações: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado, ação corretiva e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.

4.10.18 Todos os indicadores referentes aos chamados deverão ser passíveis de consulta estratificada por período, conforme necessidade do CONTRATANTE.

4.10.19 O atendimento ao usuário deverá ocorrer em conformidade com os Níveis Mínimos de Serviço definidos neste Termo de Referência.

4.10.20 Durante toda a vigência do CONTRATO, deverá ser mantida base de conhecimento de incidentes, bem como o histórico das Ordens de Serviço, das manutenções corretivas, preventivas, adaptativas ou das substituições para os equipamentos disponibilizados.

4.10.21 Mensalmente e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório(s), em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no mês anterior ou no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.

4.10.22 Os atendimentos técnicos deverão ser registrados, cabendo à CONTRATADA apresentar RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA (ou equivalente), nele constando a descrição clara dos problemas identificados e os procedimentos adotados para a sua resolução, além de outras informações que se façam necessárias.

4.10.23 O serviço de assistência técnica/suporte ao usuário deve ser realizado, preferencialmente, mediante aplicação de ferramentas de acesso remoto, não podendo a CONTRATADA se eximir de prestar o suporte diante da impossibilidade técnica e/ou incompatibilidade de eventuais acessos remotos em virtude de restrições tecnológicas ou política de segurança do CONTRATANTE.

4.10.24 Nos casos em que não for possível solucionar problemas remotamente e/ou por telefone, para fins de atendimento técnico presencial, a CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos máximos de solução estipulados neste documento, cuja contagem se iniciará a partir do registro da solicitação via abertura de chamado de serviço de assistência técnica.

4.10.25 O serviço de assistência técnica/suporte ao usuário inclui, além de reparos em hardware nos equipamentos disponibilizados, a recuperação do sistema operacional com falhas, correções e atualização de drivers e reinstalação de imagens de unidades de armazenamento, se for o caso.

4.10.26 Nos casos de furto, roubo, inutilização independente da natureza (tais como danos causados por desastres naturais, mau uso ou extravio dos equipamentos, incluindo partes e peças) a CONTRATADA deverá proceder com a reposição do equipamento em até 5 (cinco) horas úteis após a detecção da falha.

A substituição do equipamento será de responsabilidade da CONTRATADA.

4.10.27 Caso o equipamento tenha sido furtado e, posteriormente, recuperado, esse poderá compor o quantitativo contratado, após sua devida análise, formatação, atualização e/ recomposição de peças se for o caso.

4.10.28 Caso seja necessário a remoção de equipamentos do local da prestação do serviço, para manutenções ou elaboração de laudos, a CONTRATADA deverá prover outro equipamento àquele usuário, a fim de manter a continuidade da prestação do serviço.

4.10.29 Fica a CONTRATADA obrigada a repor os equipamentos nos casos de furto, roubo ou inutilização independente da natureza em até 5 (cinco) horas úteis após a detecção da interrupção do serviço.

4.10.30 A movimentação dos equipamentos pela CONTRATANTE NÃO exclui o suporte/ assistência técnica ao usuário, desde que sejam respeitadas as localidades de prestação de serviços definidas neste Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.11 Requisitos de Experiência Profissional

4.11.1 Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

~~4.11.2 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.~~

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: serão exigidos requisitos de experiência profissional.

4.12 Requisitos de Formação da Equipe

4.12.1 A equipe que fará o planejamento e implantação da solução de TIC, que define cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros. Exemplo de definição de um perfil profissional:

Tabela 5

PERFIL – Analista de TI especializado em Redes
Responsável por realizar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato

Experiência/Qualificação	Modo de Comprovação
Experiência mínima de 02 (dois) anos em suporte à Redes.	Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo funcionário, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades.
Formação	Modo de Comprovação
Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação, ou qualquer formação de nível superior com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização ou mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

4.13 Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.13.1 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.13.2 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.13.3 O Contratado fornecerá meios para contato e registro de ocorrências com funcionamento em horário comercial e nos dias úteis de maneira eletrônica ou via telefone.

4.13.4 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

justificativa: inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.14 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.14.1 Os equipamentos a serem adquiridos deverão respeitar os requisitos específicos de Segurança da Informação com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

5.14.2 No que couber e a título de exemplificação, é recomendável que os requisitos contemplem aspectos que: propiciem a disponibilidade da solução de TIC contratada; evitem vazamento de dados e fraudes digitais; exijam, por parte da contratada, a definição de processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolvam a solução de TIC; possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação; assegure a continuidade do negócio implementado pela solução; realizem o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente; prevejam a realização de auditoria de SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação; assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada; e indiquem diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

4.15 Vistoria

4.15.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 16:00 horas.

4.15.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15.4 Os locais e contato para agendamento de vistoria seguem na tabela abaixo:

Tabela 6

Item	Nome da unidade que receberá a redundância	Mbps	Ponto A	Ponto B	Contato para o agendamento de vistoria técnica
1	Medicina Esportiva (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 713 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04022-002	sti-sati-sp@unifesp.br
2	Centro de Diabetes (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 639 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04022-001	sti-sati-sp@unifesp.br

3	Gastroenteriologia (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 861 / 869 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04039-032	sti-sati-sp@unifesp.br
4	EPE (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 754 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-002	sti-sati-sp@unifesp.br
5	Infectologia Pediátrica (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 655/659 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001	sti-sati-sp@unifesp.br
6	Campus São Paulo - Fonoaudiologia	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 802 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062	sti-sati-sp@unifesp.br
7	CAAF	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. dos Jacintos, 222 - Mirandópolis, São Paulo - SP, 04049-050	sti-sati-sp@unifesp.br
8	Departamento de Pediatria (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 598 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062	sti-sati-sp@unifesp.br
9	SESMT	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Onze de Junho, 187 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04041-050	sti-sati-sp@unifesp.br
10	Laboratório L3M (Campus Diadema)	100	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro CEP 09913-030. Diadema	Campus Diadema Laboratorio L3M - Rua Manoel da Nobrega nº 1539 – Centro - Diadema - CEP 09972-270	dti.diadema@unifesp.br
11	Hemocentro	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Dr. Diogo de Faria, 824 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04037-002	sti-sati-sp@unifesp.br
12	Infar (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Três de Maio, 100 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04044-010	sti-sati-sp@unifesp.br
13	Lemos Torres (campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Lemos torres (Botucatu 620)	sti-sati-sp@unifesp.br
14	CAISM (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Maj. Maragliano, 241 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04017-030	sti-sati-sp@unifesp.br
15	Unidade Talim (campus São José)	200	Unifesp São José Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes s/n – Eugênio de Mello – CEP 12247-014. São José dos Campos	Unidade Talim - Rua Talim, nº 330 - São José dos Campos - São Paulo - CEP: 12231-280	dti.sjc@unifesp.br
16	Unidade Máximo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico IV - Rua Maria Máximo, 168 - Ponta da Praia - Santos/SP - CEP: 11030-100	sti-sati-bs@unifesp.br
17	Centro Histórico (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Centro Histórico - Rua Quinze de Novembro 195 - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-908	sti-sati-bs@unifesp.br
18	Carvalho Mendonça (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico II - Rua Carvalho de Mendonça, 144 - Encruzilhada - Santos/SP - CEP: 11070-100	sti-sati-bs@unifesp.br
19	Augusto Severo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Augusto Severo - Rua Augusto Severo, nº. 7 - 2º Andar - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-050	sti-sati-bs@unifesp.br
20	Complexo didático (nova unidade Diadema)	200	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro - CEP 09913-030.	Campus Diadema Complexo Didático - Av. Conceição, nº 515 – Centro – CEP 09920-000	dti.diadema@unifesp.br
21	Nova Unidade - São José dos Campos	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Cidade Jardim, 575 - São José dos Campos/SP CEP: 12231-675	dti.sjc@unifesp.br
22	Escola Paulistinha (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Varpa - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032	sti-sati-sp@unifesp.br
23	Edifício Academico I (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 781 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032	sti-sati-sp@unifesp.br
24	José de Alencar (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030	dti.diadema@unifesp.br
25	Unidade Guarulhos (Campus Guarulhos)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Estr. do Caminho Velho, 333 - Jardim Nova Cidade, Guarulhos - SP, 07252-312	sti-sati-gua@unifesp.br
26	Unidade Osasco (Campus Osasco)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua General Newton Estilac Leal, 932, Bairro Quitaúna – Osasco/SP, 06190-170	dti.osasco@unifesp.br

27	Reitoria	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001	sti-sati-sp@unifesp.br
28	Unidade Zona Leste	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera São Paulo/SP - CEP 08260-001.	sti-sati-sp@unifesp.br
29	Unidade Parque Tecnológico (Campus São José)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Unidade Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, nº 1201 - Eugênio de Mello, CEP: 12247-014	dti.sjc@unifesp.br
30	Unidade Silva Jardim (Baixada Santista)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Acadêmico I "Prof. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	sti-sati-bs@unifesp.br
31	HU2	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 821 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001	sti-sati-sp@unifesp.br
32	CRIEN (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Borges Lagoa, 770 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04038-001	sti-sati-sp@unifesp.br
33	DDI (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 800 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-000	sti-sati-sp@unifesp.br
34	Conseição (Diadema)	400	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030	Av. Conceição, 545 - Centro - CEP: 09920-000 - Diadema - SP	dti.diadema@unifesp.br
35	REIDEL (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Artur Riedel, 275, Jd Eldorado, Diadema. CEP 09972-270	dti.diadema@unifesp.br
36	Centro Cultural em Saude - UNIFESP	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062	sti-sati-sp@unifesp.br
37	Campos São Paulo - USP	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Avenida Professor Luciano Gualberto, travessa 3, nº 71 - Cidade Universitária CEP: 05508-010 - Butantã	sti-sati-sp@unifesp.br
38	Reitoria - cinemateca	1000	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001	Largo Senador Raul Cardoso, 207 - Vila Clementino - CEP: 04021-070	sti-sati-sp@unifesp.br
39	DIS	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062	sti-sati-sp@unifesp.br

4.15.5 A empresa contratada deverá garantir que o posicionamento dos seus equipamentos e caminhos de passagem da fibra óptica sejam instalados de forma totalmente independente dos caminhos de instalação dos links principais. A ação visa garantir que em caso de evento fortuito que cause interrupção nos links principais, os circuitos redundantes não estejam, na medida do possível, sujeitos a mesma interrupção.

4.15.6 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

JUSTIFICATIVA: Inclusão para atendimento a critérios técnicos de gerenciamento de riscos.

OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

4.16 Gerenciamento de Riscos de fornecimento.

4.16.1 Por tratar se de contratação para garantir conectividade de forma independente e autônoma em caso de evento fortuito, acidente ou falha que atinja os circuitos principais, **fica vedada a contratação da mesma operadora que já atenda ao fornecimento do circuito principal contratados**, para o atendimento do objeto deste Termo de Referência.

4.16.2 Especificações Técnicas

4.16.2.1 Os enlaces de dados solicitados devem ser insensíveis a sequências de dados, devendo ser entregues conforme a Topologia e relação dos enlaces de dados deste Termo de Referência, na tecnologia Ethernet, sendo todos os enlaces de dados ponto-a-ponto e atendendo às especificações técnicas do IEEE (Institute of Electrical and Electronic Engineers).

4.16.2.2 Os enlaces de dados devem ser full-duplex e assim apresentar as mesmas características de transmissão nos dois sentidos, além do que devem ser capazes de entregar totalmente a largura de banda CONTRATADA (banda simétrica) para upload e download simultaneamente.

4.16.2.3 Os enlaces de dados não devem conter quaisquer dispositivos que permitam a monitoração, o controle e a filtragem dos pacotes em trânsito por parte da LICITANTE (entende-se por pacotes, neste caso, aqueles a partir da terceira camada do modelo OSI).

4.16.2.4 Os pontos de conexão com os equipamentos de propriedade da UNIFESP devem ser fornecidos em meio elétrico, em interface física UTP, em conector do tipo RJ-45.

4.16.2.5 São considerados pontos de demarcação de serviço, em cada enlace ponto-a-ponto, as interfaces lógicas e conectores físicos dos equipamentos da LICITANTE onde devem chegar os cabos de ligação que vêm dos equipamentos de propriedade da UNIFESP.

4.16.2.6 Os pontos de demarcação de serviço delimitam as fronteiras de responsabilidade entre a UNIFESP e a LICITANTE, no que diz respeito ao funcionamento dos enlaces de comunicação de dados.

4.16.2.7 Sempre que necessário à prestação do serviço, a LICITANTE instalará equipamentos de sua propriedade nos locais designados pela UNIFESP como pontos terminais. Esses equipamentos deverão:

4.16.2.8 Ser de porte e disposição compatíveis com a instalação física de bastidores usuais de 19 (dezenove) polegadas.

4.16.2.9 Utilizar os racks existentes nas unidades da UNIFESP. Em não havendo espaço disponível nestes racks, a LICITANTE deverá providenciar, sem qualquer ônus para a UNIFESP, um novo rack ou recursos de suporte que permitam uma instalação segura e confiável do equipamento.

4.16.2.10 Dispor, do ponto de vista lógico, de interfaces oferecidas aos equipamentos da UNIFESP de modo a atender aos padrões internacionais de codificação e transferência de dados.

4.16.2.11 Requerer apenas alimentação elétrica de corrente alternada em 110/220 volts e refrigeração ambiental usual para equipamentos de processamento de dados.

4.16.2.12 A CONTRATADA deverá possuir e disponibilizar, de forma autônoma e independente de notificação por parte da UNIFESP, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias da semana, um gerenciamento de falhas entre os pontos de demarcação de serviço, para coletar e processar os alarmes dos elementos de sua rede em tempo real, objetivando a detecção, localização, diagnóstico, correção e recuperação de falhas, reduzindo assim o tempo de indisponibilidade da rede.

4.16.2.13 Da mesma forma autônoma, a CONTRATADA deverá dar início aos procedimentos de correção de falhas.

4.16.2.14 A responsabilidade da UNIFESP fica limitada a possibilitar, caso seja necessário, acesso físico aos locais onde se encontram os equipamentos instalados pela CONTRATADA.

4.16.2.15 Os enlaces de dados da CONTRATADA entre os pontos designados devem ser integralmente implementados por meio de fibras ópticas exclusivas e totalmente terrestres, não sendo admitidos em nenhuma hipótese, nem mesmo como contingência, o uso de enlaces por satélite ou radiofrequência, em qualquer trecho.

4.16.2.16 Não serão aceitos links com limitação da quantidade de MACs.

4.16.2.17 Devem permitir VLAN tagging (IEEE 802.1Q) pelo cliente e não podem possuir limitação do número de Vlans.

4.16.2.18 Não deve haver custo pelo volume de dados trafegado nos enlaces.

4.16.2.19 Os enlaces devem ser absolutamente transparentes a qualquer protocolo de comunicação do padrão Ethernet (camada 2) - proprietário ou aberto - e não devem existir bloqueios de números de porta dos protocolos tcp e udp.

4.16.2.20 O tempo limite de reparo (MTTR) deve ser de até 5 horas.

4.16.2.21 Os links devem ter suporte a pacotes IP com MTU mínimo de 1.500 Bytes.

4.16.2.22 Devem atender às especificações EVPL (Ethernet Virtual Private Line), VPLS (RFCs 4761 e 4762) e Pseudowire (RFC 4448) do Metro Ethernet Forum, ou outras tecnologias baseadas em MPLS.

4.17 Instalação dos Enlaces de Dados

4.17.1 Os enlaces deverão ser instalados em até 30 (dias) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, quando solicitados através de ordens de fornecimento.

4.17.2 A CONTRATADA deverá providenciar a instalação dos enlaces usando recursos próprios, incluindo, entre outros, equipamentos, cabos, conectores e suportes necessários à interligação de seu sistema de transmissão aos equipamentos de roteamento/comutação pertencentes à UNIFESP, os quais ficarão sediados nas localidades correspondentes às pontas da conexão relacionadas neste Termo de Referência.

4.17.3 Os equipamentos necessários à operação dos enlaces deverão se adequar à tensão e às condições ambientais existentes nos locais de instalação.

4.17.4 Quaisquer necessidades de conversores de tensão, estabilizadores de tensão, no-breaks, dentre outros, deverão ser providenciados pela CONTRATADA sem ônus para a UNIFESP.

4.17.5 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por toda e qualquer obra de infraestrutura civil externa, quando necessárias, englobando desde o local de entrada de seu meio de acesso nas unidades da UNIFESP, até o espaço físico indicado para a instalação de seus equipamentos.

4.17.6 Se necessário, a CONTRATADA realizará adequações, tais como: instalação de eletrodutos, eletrocalhas, dutos de passagem, caixas de passagem e vedação com espuma expansiva de poliuretano.

4.17.7 Os serviços de instalação deverão apresentar qualidade, dando uma aparência organizada à instalação, especialmente quanto à disposição física dos cabos e equipamentos nos racks.

4.17.8 Caso haja necessidade de execução de serviços de alvenaria, estes devem ser seguidos de uma perfeita recomposição das partes afetadas (demolição/recomposição de gesso, emassamento, repintura do local, etc.) sem ônus para a UNIFESP.

4.17.9 Caso a vencedora da presente licitação já seja titular de fornecimento do objeto a que se destina esta contratação, poderão ser mantidos os mesmo equipamentos já instalados, desde que estejam funcionando perfeitamente, não sejam de nenhuma forma coincidentes com os circuitos principais, mantendo-se todas as demais exigências técnicas, não cabendo neste caso cobrança de valores de instalação para os circuitos mantidos.

4.18 Condições de Recebimento dos Serviços de Instalação dos Enlaces

4.18.1 Os serviços de instalação dos enlaces de dados, objeto da licitação, serão recebidos:

4.18.2 Provisoriamente, nas localidades especificadas nos Itens 7 e 8 deste Termo de Referência, para efeito de verificação de conformidade com as especificações e testes de aceite, mediante emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Definitivamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do Recebimento Provisório, ou do término das eventuais correções, devidamente atestadas como regulares, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.19 Condições de recebimento dos serviços de comunicação de dados.

4.19.1 As parcelas mensais referentes aos serviços de comunicação de dados, objeto da licitação, serão recebidas provisoriamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recepção, por parte da UNIFESP, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, acompanhada do Relatório de Disponibilidade de Tráfego e do Relatório de Registro de Reclamações (admitidos em meio digital ou disponibilizados via portal web), que deverão conter as seguintes informações:

4.19.1.2 Relatório de Disponibilidade de Tráfego.

4.19.2 A contratada fornecerá mensalmente relatório contendo as informações abaixo descritas :

4.19.2.1 Identificação e endereços das pontas do enlace de comunicação;

4.19.2.2 Velocidade do enlace de comunicação;

4.19.2.3 Mês de referência;

4.19.2.4 Total de horas corridas do período faturado, por enlace;

4.19.2.5 Somatório do tempo de interrupção, em minutos, por enlace;

4.19.2.6 Índice de disponibilidade, por enlace, conforme a fórmula prevista neste Termo de Referência.

4.20 Relatório de registro de reclamações.

4.20.1 A contratada fornecerá mensalmente relatório contendo as informações abaixo descritas :

4.20.1.1 Identificação e endereços das pontas do enlace de comunicação;

4.20.1.2 Data e hora da reclamação;

4.20.1.3 Identificação do reclamante;

4.20.1.4 Data e hora da solução (fechamento do chamado);

4.20.1.5 Providência tomada para a solução da reclamação.

4.21 Condições gerais de prestação dos serviços.

4.21.1 As presentes Condições Gerais estabelecem critérios objetivos de medição da qualidade dos serviços prestados. A qualidade do serviço será avaliada e medida, de forma isolada e independente, para cada um dos enlaces contratados, considerando os seguintes aspectos:

4.22 Disponibilidade do serviço

4.22.1 Um enlace será considerado indisponível quando impossibilitar completamente a transmissão de dados através dele, por qualquer período, impossibilidade esta detectada pelos instrumentos e meios de diagnóstico usuais. A indisponibilidade pode se manifestar por um episódio de falha isolada, ou por múltiplas interrupções sucessivas, em funcionamento intermitente, que será caracterizado como uma sequência de curtas interrupções de funcionamento, de qualquer duração, separadas por períodos de bom funcionamento inferiores a 30 (trinta) minutos.

4.22.2 Para fins de verificação de atendimento ao nível de serviço solicitado, será contabilizado, como período de indisponibilidade, o tempo que transcorrer entre o início da falha geradora da efetiva indisponibilidade, independentemente de comunicação da UNIFESP à CONTRATADA, e o momento que o circuito for consensualmente dado como restaurado. Ambos os momentos serão estabelecidos de comum acordo entre as instâncias de gerenciamento de rede da UNIFESP e da LICITANTE, ao término de cada episódio de falha, ou em momento apropriado.

4.22.3 O índice de disponibilidade por enlace será calculado ao final de cada mês e será expresso pela razão percentual do número de minutos em que o circuito esteve efetivamente funcional e o total de minutos do período de avaliação, período este considerado pela UNIFESP como sendo de 30 (trinta) dias corridos. O cálculo do índice de disponibilidade por enlace deverá ser feito usando a fórmula:

$\frac{\text{Soma do tempo efetivamente funcional do enlace (em minutos)}}{\text{Tempo total do período de avaliação (em minutos)}} \times 100\%$

4.22.4 O valor estabelecido como mínimo para que a meta de nível de serviço seja considerada atingida, para cada um dos enlaces contratados, é de 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos percentuais).

4.22.5 Poderão ser excluídos do cálculo do índice de disponibilidade por enlace, os tempos dos seguintes eventos de falhas:

4.22.6 Falha de qualquer componente que não possa ser corrigida por impossibilidade de acesso físico pela CONTRATADA a equipamentos que estejam no ambiente e instalações da UNIFESP.

4.22.7 Falha decorrente de problemas de infraestrutura provida no local e sob responsabilidade da UNIFESP para os serviços prestados pela CONTRATADA.

4.22.8 Interrupções programadas e avisadas com a devida antecedência, conforme estabelecido em contrato.

4.22.9 Sempre que houver necessidade de Interrupção Programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva ou substituição dos equipamentos e meios utilizados no provimento dos enlaces de dados, que possa causar interferência na prestação do serviço, objeto do contrato, a CONTRATADA deverá informar à UNIFESP, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores ao evento, por correio eletrônico, fax ou telefone, em endereços eletrônicos ou números estabelecidos de comum acordo.

4.22.10 Essas interrupções não serão contabilizadas no cálculo dos índices de disponibilidades dos enlaces tratado neste Termo de Referência, desde que sejam executadas após a aprovação da UNIFESP e ocorram em intervalo não superior a 120 (cento e vinte) minutos.

4.23 Desempenho Técnico:

4.23.1 A taxa de erro de bits (bit error rate) deve ser inferior a 10⁻⁸ (dez elevado à potência oito negativo), medida por instrumentos adequados e seguindo práticas consagradas. Esse parâmetro será avaliado no ato da instalação do circuito, quando deverá exibir a qualidade solicitada ao final de um teste de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.

4.23.2 A UNIFESP poderá solicitar à CONTRATADA a realização de novos testes de desempenho quando, em comum acordo, for constatada evidência de degradação de qualidade do circuito.

4.23.3 A perda de frames deverá ser de, no máximo 1% (um por cento) do volume transmitido. A medição da perda de frames deverá ser realizada por enlace contratado, de forma isolada e independente.

4.23.4 Em função das rotas e distâncias entre localidades, os retardos de ida e volta (round trip delay) para transmissão de dados entre os pontos terminais de cada circuito deverão estar limitados ao valor máximo de 30 ms (trinta milissegundos).

4.23.5 Valor de vazão (throughput) média entre 95%, no mínimo, e 100% da capacidade nominal do circuito;

4.24 Qualidade de Atendimento:

4.24.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de comunicação (incluindo, pelo menos um número de telefone e um endereço de email de seu NOC) e procedimentos pelos quais a UNIFESP possa, a qualquer momento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, iniciar e acompanhar processo de reclamação quanto a eventuais falhas nos serviços contratados.

4.24.2 Uma reclamação deve ser acolhida e registrada em, no máximo, 15 (quinze) minutos após a UNIFESP ter iniciado o procedimento de chamada.

4.24.3 Depois de efetuada a reclamação, a CONTRATADA deverá contatar a UNIFESP, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, fornecendo um primeiro diagnóstico relacionado à falha, informando a previsão de restabelecimento do serviço, e fornecendo instruções sobre a sequência de acompanhamento da reclamação.

4.24.4 Após o primeiro posicionamento, a CONTRATADA deverá retornar à UNIFESP, ou à instância por ela designada, informes periódicos de acompanhamento do progresso do reparo, com intervalo não superior a 45 (quarenta e cinco) minutos, bem como indicar um telefone de contato ou outro meio equivalente pelo qual a UNIFESP possa obter informações quanto ao andamento do reparo e previsão de restauração do serviço contratado.

4.24.5 Os prazos acima estabelecidos, quando não respeitados, poderão ensejar a aplicação de multas contratuais, por não observância aos níveis de serviço contratados, admitindo-se, entretanto justificativas devidamente fundamentadas por parte da CONTRATADA, que serão analisadas pela UNIFESP, podendo ou não ser aceitas.

4.24.6 A CONTRATADA deverá responder no prazo máximo de 7 (sete) dias, quaisquer comunicações enviadas via correio eletrônico por parte da UNIFESP.

4.25 Descumprimento do Nível de Serviço:

4.25.1 Caso a CONTRATADA venha a descumprir um ou mais aspectos relacionados à disponibilidade do serviço, ao desempenho técnico ou, ainda à qualidade no atendimento, estará sujeita à aplicação de multa, admitindo-se entretanto justificativas devidamente fundamentadas por parte da CONTRATADA, que serão analisadas pela UNIFESP, podendo ou não serem aceitas. Estas multas serão caracterizadas na forma de descontos, conforme estabelecido a seguir:

4.25.2 Disponibilidade do Serviço: O valor do desconto será igual a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao período total de tempo em que o enlace ficou indisponível naquele mês, a ser descontado na fatura do mês posterior ao do incidente ocorrido.

4.25.3 Desempenho Técnico: O valor do desconto será igual a 2 (duas) vezes o valor correspondente ao período total de tempo que o enlace apresentou falhas no desempenho naquele mês, a ser descontado na fatura do mês posterior ao do incidente ocorrido.

4.25.4 Qualidade do Atendimento: O valor do desconto será igual a 10% (dez por cento) do valor mensal correspondente ao enlace por evento ocorrido, a ser descontado na fatura do mês posterior ao do incidente ocorrido.

4.25.5 Será considerado **descumprimento grave** do quesito "Qualidade do Atendimento" o estabelecimento de condicionantes não previstas neste edital, que posterguem a tomada de providências de reparo, como exigências de fotos ou vídeos contendo evidências visuais para acionamento de equipe técnica externa, ou ainda, para que a CONTRATADA tome toda e qualquer providência prevista neste edital para o reestabelecimento dos serviços contratados que estejam apresentando falhas, principalmente se já houver comunicação por parte da CONTRATANTE, em qualquer dos meios disponibilizados para o acionamento do suporte técnico da CONTRATADA, relatando problemas de lentidão ou inoperabilidade de circuito contratado.

4.25.6 Ocorrendo atraso no tempo médio de reparo (MTTR) previsto no item 4.16.2.20 deste Termo de Referência, em razão de espera por parte da CONTRATADA para tomada de providências de reparo e reestabelecimento de circuito com lentidão ou inoperante, fundada em exigências indevidas descritas no item 4.25.5, a multa será de 30 % (trinta) por cento do valor mensal correspondente ao enlace por evento ocorrido, com desconto a ser aplicado na fatura do mês posterior ao do incidente ocorrido, sem prejuízo de qualquer outra penalidade ou multa cabível.

4.26 Disposições Especiais de Alteração do Provimento dos Serviços

4.26.1 Na eventualidade de remanejamento das pontas dos enlaces e, ou nas dimensões das bandas de transmissão ou velocidades (quantidade de mbps) por necessidade da UNIFESP, a CONTRATADA deverá prover tais alterações no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

4.26.2 No caso de necessidade de alteração de velocidade e banda de transmissão de dados, os valores cobrados deverão ser reajustados pela contratada, proporcionalmente a alteração solicitada, mantendo-se como referência base os valores cobrados por "mbps" para os demais links contratados.

4.26.3 Os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não respeitados, poderão ensejar a aplicação de multas contratuais, admitindo-se, entretanto, justificativas devidamente fundamentadas por parte da CONTRATADA, que serão analisadas pela UNIFESP, podendo ou não serem aceitas.

4.26.4 A cobrança pelas alterações de endereço não poderá ser superior ao valor apresentado para a instalação do enlace remanejado, que deverá constar da proposta da CONTRATADA.

Alterações de interface ou de tecnologia poderão ser implementadas, sempre que tais modificações apresentarem vantagem técnica para a UNIFESP, vedada a cobrança por tais alterações.

Justificativa: Incluído em razão da especificidade técnica do objeto da contratação .

4.27 Sustentabilidade

4.27.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.27.2 A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.

JUSTIFICATIVA: Inclusão para atendimento a lei e aos normativos

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

~~Não se aplica para a presente contratação a indicação de marcas e modelos.~~

~~JUSTIFICATIVA: Inclusão pois a licitação em questão não exigirá marcas de produtos a serem utilizados nos serviços a serem realizados~~

~~Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)~~

~~JUSTIFICATIVA: Excluído pois a licitação em questão não exigirá marcas de produtos a serem utilizados nos serviços a serem realizados~~

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

~~— Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~— {...}~~

~~— {...}~~

~~— {...}~~

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: Não haverá vedação de marcas.

4.28 Indicação de marcas ou modelos

4.21.1 Não haverá indicação de marcas e modelos.

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: Não haverá indicação de marcas.

4.29 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.29.1 Não haverá vedação de marca na execução do serviço.

~~Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: Não haverá vedação de marca na execução do serviço.

4.30 Da exigência de carta de solidariedade

4.30.1 Não se aplica para a presente contratação a exigência de carta de solidariedade

~~Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato:~~

JUSTIFICATIVA: Excluído porque não será exigida a carta de solidariedade

Subcontratação

4.30.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

~~A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]~~

~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação:~~

JUSTIFICATIVA: Excluído porque não será admitida a subcontratação para execução do serviço

4.31 Da exigência de amostra do objeto

4.31.1 Não será exigida amostra do objeto.

~~Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~[...];~~

~~[...]; e~~

~~[...];~~

~~As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~Itens (...):~~

~~Itens (...):~~

~~Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

JUSTIFICATIVA: Excluído em razão da característica técnica e complexidade do objeto que impede apresentação de amostra.

4.32 Garantia da Contratação

4.32.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.32.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.32.3 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.32.4 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.32.5 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.32.6 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.32.7 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.32.8 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.32.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.32.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.32.11 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.32.12 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.32.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.32.13.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.32.13.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.32.13.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.32.14 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.32.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.32.16 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.32.17 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.32.18 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.32.19 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.32.20 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022

4.32.21 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.32.22 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.32.23 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.32.24 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.32.25 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.32.26 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.32.27 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

~~Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar:~~

~~OU~~

~~Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato:~~

~~Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:~~

~~A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato:~~

~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

JUSTIFICATIVA DE EXCLUSÃO: Garantia detalhada em outro item deste Termo de Referência

4.33 Instalação de escritório

4.33.1 É Considerado imprescindível que o fornecedor possua escritório contendo estrutura administrativa e técnica no município de São Paulo. Além disso, considerando se a importância e a complexidade do objeto "serviço de enlace de dados (LAN-TO-LAN) redundante" para a

Universidade Federal de São Paulo, é fundamental que o fornecedor consiga comprovar que possui infraestrutura técnica de atendimento própria, previamente instalada a pelo menos 12 (doze) meses contados da data de publicação do edital da presente contratação, com capacidade comprovada de atendimento de serviços análogos aos descritos neste Termo de Referência, que estejam sendo, ou tenham sido prestados a outros clientes por interregno mínimo de um ano, nas praças onde situam-se os locais da tabela 3 (três) deste termo de referência.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária em razão da importância do prestador possuir a experiência, capacidade e infraestrutura técnica para atendimento pleno do objeto contratado

4.34 Margem de preferência

4.34.1 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

JUSTIFICATIVA: Excluído em razão da característica técnica e complexidade do objeto que impede aplicação de margem de preferência.

5 . PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3 Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.8 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.9 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.10 Outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação.

5.2 São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6 Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7 Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8 Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9 Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10 a CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus

Artigos 5º e 6º, no que couber;

5.2.11 Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). A CONTRATADA deverá disponibilizar em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente em sítio eletrônico, as informações referentes ao encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados em relação ao objeto deste Termos de Referência, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018;

5.2.12 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, inclusive a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE que continuará a execução dos serviços;

5.2.13 Movimentar todos os equipamentos contratados como serviço, horizontalmente e verticalmente, para fins de transporte até os locais indicados pelo CONTRATANTE;

5.2.14 A CONTRATADA deverá respeitar todas as disposições sobre segurança da informação elencadas neste Termo de Referência, bem como atender aos procedimentos operacionais de segurança da informação adotados pelo CONTRATANTE, incluindo as políticas estabelecidas para o acesso remoto seguro. A CONTRATADA também deve assumir como sua responsabilidade qualquer falha de segurança da informação decorrente da incorreta prestação de seus serviços, da inobservância aos procedimentos de segurança da informação ou ainda por ausência de atualizações sistêmicas conhecidas e necessárias que são de sua responsabilidade conforme previsto neste instrumento.

5.2.15 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do Contrato, as informações relativas às políticas e processos internos da CONTRATANTE;

5.2.16 Prestar assistência técnica/suporte ao usuário dos equipamentos disponibilizados respeitando os prazos definidos nos Níveis Mínimos de Serviço;

5.2.17 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo descarte e destinação adequada e sustentável de todos os materiais plásticos, caixas e demais artefatos utilizados para embalagem e transporte dos equipamentos.

Justificativa: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação e ao atendimento das leis e normativos específicos da área de TIC.

5.3 São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3 definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.4 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.5 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.6 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.7 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.8 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e
- 5.3.9 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Execução

6.1.2 A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita no itens 4.1 até o 4.34.1 deste Termo de Referência.

6.2 Local e horário da prestação dos serviços

6.2.1 Por tratar -se de serviço essencial e continuado, sua execução se dará 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

6.2.2 Os serviços serão executados em todos os Campi da UNIFESP.

6.3 Rotinas a serem cumpridas

6.3.1 Os produtos e serviços deverão ter o seu fornecimento implantado após o recebimento da OF ou OS, em até 30 (trinta) dias.

6.3.2 O serviço a ser executado será acompanhado, testado e monitorado por servidores da Unifesp.

6.3.3 Do local de entrega e da realização dos serviços: Data Center da STI localizado no 4º andar do Edifício Otávio de Carvalho, na Rua Botucatu 740, Vila Clementino - São Paulo - SP.

6.3.4 No caso de simples entrega de produtos, as mesmas deverão ser previamente agendadas entre às 9h e 16h, de segunda à sexta-feira.

6.3.5 As demais rotinas estão detalhadas no itens 4.1 até 4.34.1 deste Termo de Referência.

6.4 Materiais a serem disponibilizados

6.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.2 Equipamentos físicos para interligação de link e1 a central telefônica.

6.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.2 Para seja que seja mantido o fluxo de dados, tanto entre as unidades internas dos Campis, quanto a conectividade entre os Campis, a solução contratada deve ser capaz de disponibilizar canais de transmissão de dados capazes de suportar o tráfego de dados institucionais nos locais e nas velocidades descritas abaixo:

Tabela 7

Item	Tipo	grupo	nome da unidade que receberá a redundância	Mbps	Ponto A	Ponto B
1	5	3	Medicina Esportiva (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 713 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04022-002
2	5	3	Centro de Diabetes (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 639 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04022-001
3	5	3	Gastroenteriologia (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 861 / 869 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04039-032
4	5	3	EPE (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 754 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-002
5	5	3	Infectologia Pediátrica (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 655/659 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001
6	5	3	Campus São Paulo - Fonoaudiologia	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 802 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062
7	5	1	CAAF	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. dos Jacintos, 222 - Mirandópolis, São Paulo - SP, 04049-050
8	5	3	Departamento de Pediatria (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 598 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062
9	5	3	SESMT	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Onze de Junho, 187 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04041-050
10	4	1	Laboratório L3M (Campus Diadema)	100	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro CEP 09913-030. Diadema	Campus Diadema Laboratório L3M - Rua Manoel da Nobrega nº 1539 – Centro - Diadema - CEP 09972-270
11	4	3	Hemocentro	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Dr. Diogo de Faria, 824 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04037-002
12	3	3	DDI (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 800 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-000
13	4	3	Lemos Torres (campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Lemos torres (Botucatu 620)
14	3	3	CAISM (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Maj. Maragliano, 241 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04017-030
15	3	1	Unidade Talim (campus São José)	200	Unifesp São José Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes s/n – Eugênio de Mello – CEP 12247-014. São José dos Campos	Unidade Talim - Rua Talim, nº 330 - São José dos Campos - São Paulo - CEP: 12231-280
16	3	2	Unidade Máximo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico IV - Rua Maria Máximo, 168 - Ponta da Praia - Santos/SP - CEP: 11030-100
17	3	2	Centro Histórico (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Centro Histórico - Rua Quinze de Novembro 195 - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-908
18	3	2	Carvalho Mendonça (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico II - Rua Carvalho de Mendonça, 144 - Encruzilhada - Santos/SP - CEP: 11070-100
19	3	2	Augusto Severo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Augusto Severo - Rua Augusto Severo, nº. 7 - 2º Andar - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-050
20	3	1	Complexo didático (nova unidade Diadema)	200	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro - CEP 09913-030.	Campus Diadema Complexo Didático - Av. Conceição, nº 515 – Centro – CEP 09920-000
21	3	1	Nova Unidade SJC	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Cidade Jardim, 575 - São José dos Campos/SP CEP: 12231-675

22	3	3	Infar (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Três de Maio, 100 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04044-010
23	2	3	Escola Paulistinha (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Varpa - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032
24	2	3	Edifício Acadêmico I (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 781 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032
25	2	1	José de Alencar (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030
26	2	1	Unidade Guarulhos (Campus Guarulhos)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Estr. do Caminho Velho, 333 - Jardim Nova Cidade, Guarulhos - SP, 07252-312
27	2	1	Unidade Osasco (Campus Osasco)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua General Newton Estilac Leal, 932, Bairro Quitaúna – Osasco/SP, 06190-170
28	2	1	Reitoria	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001
29	2	1	Unidade Zona Leste	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera São Paulo/SP - CEP 08260-001.
30	2	1	Unidade Parque Tecnológico (Campus São José))	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Unidade Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, nº 1201 - Eugênio de Mello, CEP: 12247-014
31	2	1	Unidade Silva Jardim (Baixada Santista)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Acadêmico I "Profª. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020
32	2	3	HU2	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 821 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001
33	2	3	CRIEN (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Borges Lagoa, 770 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04038-001
34	2	1	Conseição (Diadema)	400	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030	Av. Conceição, 545 - Centro - CEP: 09920-000 - Diadema - SP
35	2	1	REIDEL (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Artur Riedel, 275, Jd Eldorado, Diadema. CEP 09972-270
36	2	3	Centro Cultural em Saude - UNIFESP	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062
37	1	1	Campos São Paulo - USP	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Avenida Professor Luciano Gualberto, travessa 3, nº 71 - Cidade Universitária CEP: 05508-010 - Butantã
38	1	1	Reitoria - cinemateca	1000	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001	Largo Senador Raul Cardoso, 207 - Vila Clementino - CEP: 04021-070
39	1	1	DIS	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062
numero	Item do contrato			unidade	endereço	quantidade
40	6		Instalação	1 (uma) instalação por endereço	Acompanham os endereços do circuito contratado	39 (trinta e nove) unidades.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

6.6 Formas de transferência de conhecimento

6.6.1 A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.6.2 Deve ser disponibilizada toda a documentação técnica dos equipamentos fornecidos como serviço à CONTRATANTE, bem como as informações de inventário e configuração por meio de softwares, conforme previsto neste Termo de Referência. Pode ainda ser demandada à CONTRATADA a execução de atividades de workshop, capacitação e apoio operacional para esclarecimento de dúvidas no decorrer da execução do Contrato.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

6.7 Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.7.2 Retorno dos equipamentos quando findado o contrato:

6.7.3 Com, no mínimo, 30 dias de antecedência do encerramento da vigência contratual, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE a relação contendo informações de seus colaboradores que farão parte da equipe responsável pela desmobilização dos ativos.

6.7.4 O CONTRATANTE, após recebimento da relação da equipe, formalizará em sua estrutura interna o encerramento do contrato com a CONTRATADA, para garantir que os usuários tomem ciência das próximas ações e prazos, visando o atendimento do cronograma estabelecido para desmobilização dos ativos da CONTRATADA.

6.7.5 Deverão ser executados os serviços necessários para encerramento contratual, dentre os quais destacam-se os seguintes:

6.7.6 Desmobilização e descarte ecológico dos equipamentos, de responsabilidade da CONTRATADA, com apresentação de um Plano de Descarte dos Equipamentos;

6.7.7 Assinatura do Termo de Encerramento do Contrato,

6.7.8 Todos os serviços descritos nesta seção deverão ser iniciados nos últimos 30 (trinta) dias que antecedem o encerramento contratual e serão objeto de avaliação semanal para fins de verificação do cumprimento do disposto.

6.7.9 Todos os serviços descritos nesta seção serão acompanhados por servidor indicado e responsável da Unifesp, que fará vistoria nos equipamentos antes de sua retirada.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

6.8 Quantidade mínima de serviços para comparação e controle.

6.8.1 Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

6.8.1 Mecanismos formais de comunicação

6.8.2 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.8.2.1 Ordem de Serviço;

6.8.2.2 Ata de Reunião;

6.8.2.3 Ofício;

6.8.2.4 Sistema de abertura de chamados;

9.8.2.5 E-mails e Cartas;

6.8.2.6 Google Chat;

6.8.2.7 Reuniões online;

9.8.2.9 Entre outros.

6.9 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.9.1 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.9.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência de Sigilo, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos [ANEXOS SEI 3206840 e 3206842](#).

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

7.5 Preposto.

7.5.1 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.2 O preposto **não ficará nas dependências da CONTRATADA** durante a execução do serviço.

7.5.3 O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.6 Reunião Inicial

7.6.1 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6.2 A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.3 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.6.4. Presença do representante legal da contratada,

7.6.5 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.6.6 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.6.7 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.6.8 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

7.7 Rotinas de Fiscalização

7.7.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.8 Fiscalização Técnica

7.8.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8.3 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.8.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.8.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.8.7 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.9 Fiscalização Administrativa

7.9.1 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.9.1.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência de tais situações, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária para atendimento às leis e normativos.

7.10 Gestor do Contrato

7.10.1 Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.10.1.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.10.1.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.10.1.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10.1.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.10.1.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10.1.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.10.1.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.10.1.8 receber e dar encaminhamento imediato:

7.10.1.9 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.10.1.10 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 A avaliação da execução do objeto utilizará **como instrumento de medição de resultado o detalhamento de obrigações previsto nos itens 4.16 até 4.25.6 do presente Termo de Referência**. **Em complemento à avaliação da execução do objeto, será utilizado como instrumento de medição de resultado para controle e verificação da adequação da qualidade de atendimento dos chamados abertos a cada mês, o IMR abaixo:**

Tabela 8

IMR – ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS	
TÓPICO	DESCRIÇÃO
Finalidade	Medir a adequação ao MTTR previsto no item 4.16.2.20, em todos os chamados abertos pela CONTRATANTE a cada mês de referência.
Meta a cumprir	IMR igual ou superior a 90 %.
Instrumento de medição	Os prazos de atendimento dos chamados devem ser apurados mediante relatório de controle, calculando-se em cada chamado aberto no mês de aferição, o prazo em horas decorrido entre a abertura da solicitação e a efetiva normalização dos serviços.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade de chamados atendidos dentro do prazo, em relação à quantidade de chamados totais abertos no período de referência.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IMR = 100 * (\Sigma Q_{tcp} / \Sigma Q_{tc})$ <p>Onde: IMR = ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS; ΣQ_{tcp} = Somatório do quantitativo de chamados atendidos dentro do prazo máximo estabelecido no MTTR previsto no item 4.16.2.20; ΣQ_{tc} = Somatório do quantitativo total de chamados abertos dentro do período de referência.</p>
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	IMR \geq 90%: sem descontos sobre o valor total da fatura mensal. IMR \geq 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor total da fatura mensal. IMR \geq 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor total da fatura mensal. IMR $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor total da fatura mensal.

8.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, **sem prejuízo das sanções cabíveis nos itens 4.16 até 4.25.6 do presente Termo de Referência**, caso se constate que o Contratado:

8.2.1 não produziu os resultados acordados;

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.2.4. não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3. A utilização do IMR descrito no item 8.1, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. Todos os critérios de aferição definidos neste Termo de Referência, inclusive os previstos nos itens 4.16 até 4.25.6, serão considerados e aplicados de forma cumulativa aos descritos na tabela 8 (oito).

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento da contratação.

8.5 Recebimento

8.5.1 Os equipamentos e os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, J, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.6 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

8.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, **o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.**

8.11 Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

8.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.22 Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22.1 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.23 Antes da completa disponibilização da solução, a licitante deve comprovar que os equipamentos a serem disponibilizados atendem plenamente as especificações ofertadas por meio dos respectivos prospectos do fabricante daqueles hardwares;

8.24 A licitante poderá encaminhar para avaliação do CONTRATANTE uma amostra do equipamento a ser disponibilizado no escopo da solução;

8.25.4 A inspeção nos equipamentos fornecidos será realizada por meio de análise das especificações contidas na proposta, bem como com as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência para os itens ofertados pela licitante;

8.26 O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las;

8.27 Todos os equipamentos, componentes e acessórios da solução disponibilizados deverão ser novos, de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e pertencer à linha corporativa ou empresarial do seu fabricante;

8.28 Todos os acessórios e componentes dos equipamentos disponibilizados e suas respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;

8.29 Todos os componentes internos dos equipamentos disponibilizados deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado;

8.30 É obrigatório que cada equipamento disponibilizado possua número de série específico, único e afixado em local visível, na parte externa do equipamento;

8.31 Serão recusados os serviços quando disponibilizados equipamentos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor;

8.32 Todas as funcionalidades dos equipamentos disponibilizados devem ser alcançadas mediante conexões integradas aos produtos, ou seja, não serão aceitos mecanismos intermediários, nem hardwares adicionais (externos ou internos), exceto nos casos claramente permitidos pelo CONTRATANTE ou mediante aprovação escrita;

8.33 Todos os componentes que farão parte da solução disponibilizada (fibras, switches, aviamentos, conversores, etc), deverão atender às especificações técnicas mínimas apresentadas neste Termo de Referência. Serão aceitos componentes de configuração superior à requerida, desde que haja total compatibilidade entre todos os componentes presentes na solução; porém, a avaliação de conformidade será realizada de forma independente em que não serão aceitas configurações superiores para determinado item em detrimento da oferta de configuração inferior para outros itens. A configuração será verificada utilizando a definição nominal do fabricante, independente de desempenho;

8.34 A CONTRATADA deverá desembalar os equipamentos fornecidos e proceder com o descarte ou destinação adequada e sustentável de todos os materiais plásticos, caixas e demais artefatos utilizados para embalagem e transporte dos equipamentos;

8.35 Após a disponibilização dos equipamentos que compõem a solução contratada, para fins da primeira medição dos serviços e o seu pagamento, o que inclui a verificação de se os equipamentos e o tráfego de dados atendem às características técnicas requeridas, o CONTRATANTE poderá optar por avaliar a qualidade de todos os circuitos disponibilizados por todo período ou um período amostral, atentando para a inclusão, nos autos do processo administrativo, de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação dos serviços disponibilizados;

8.36 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado para fins de recebimento definitivo, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

8.37 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

8.38 Será REJEITADO, no todo ou em parte, o serviço fornecido em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos. Ainda, conforme o art. 119 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

8.39 Só haverá o recebimento definitivo após a análise da qualidade dos serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se o CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

JUSTIFICATIVA: Inclusão necessária ao detalhamento adequado da contratação.

Liquidação

8.40.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.41 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.42 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.43 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.44 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.45. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.46.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.46.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.46. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.47. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.48. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.49. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.50.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.51. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação de Correção Monetária.

Forma de pagamento

8.52.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.53. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.54. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.55.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.55. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.56.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/02/2026.

8.57. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 8.58. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.59. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.60. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.61. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.62. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.63. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 8.64.1 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.64.2 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.64.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.64.4 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.64.5 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.65 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9 Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 9.1 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Tabela 9

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021). Em caso de reincidência, multa de 1% sobre o valor total do Contrato.
2	Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021). Além disso, será aplicada multa de 3% sobre o valor da contratação.
3	Dar causa à inexecução total do contrato.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021). Além disso, será aplicada multa compensatória de 3% sobre o valor da contratação.
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021). Além disso, será aplicada multa compensatória de 3% sobre o valor da contratação.
5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória de 3% do valor da contratação.

6	Praticar ato fraudulento na execução do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa de 3% do valor da contratação.
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa de 3% do valor da contratação.
8	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2023.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória de 3% do valor da contratação.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso na Disponibilização para Uso do Equipamento - IAE)	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o IAE, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, referentes ao "retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado."
10	Não atender ao indicador de nível de serviço ICP (Indicador de Chamados Atendidos Dentro do Prazo)	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o ICP. Multa de 1% sobre o valor do contrato para ICP < 72 %, sem prejuízo da aplicação da glosa anterior.
11	Não atender ao indicador de nível de serviço ISU (Indicador de Satisfação dos Usuários)	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o ISU.
12	Não atender ao indicador de eficácia no tratamento de chamados (IEC)	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o IEC.
13	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
14	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
15	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
16	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
17	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de até 15% do valor total do contrato por descumprimento.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Cometer infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

~~9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;~~

~~9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.~~

Os itens excluídos já constam na tabela acima.

9.4.4 Além disso, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações que ensejarem o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

i) a natureza e a gravidade da infração cometida;

j) as peculiaridades do caso concreto;

k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

l) os danos que dela provierem para o Contratante; e

m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10.2.1 Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à esta contratação.

10.2.2 A escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de links de comunicação de dados na tecnologia LAN to LAN justifica-se pela inegável conveniência e economicidade para a Administração Pública, amparando-se nos seguintes quesitos:

a). Da prestação de serviços por unidade de medida (Demanda Mensurável / Sob Demanda)

Enquadramento Legal: Quando for conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida.

Justificativa Técnica e Econômica: A arquitetura de redes corporativas é dinâmica. Ao longo do contrato, a Administração pode necessitar redimensionar a capacidade de banda, alterar a velocidade dos circuitos, ou ativar/desativar pontos de terminação (pontas) em novas unidades instaladas. O SRP permite que esses serviços sejam pagos estritamente pela unidade de medida demandada (ex: Mbps por link, horas de suporte técnico dedicado, ou número de postos de trabalho interligados). Isso afasta a necessidade de dimensionamento fixo que geraria custos desnecessários com circuitos ociosos (subutilizados) ou a necessidade de novas e frequentes licitações para ampliações.

b). Da conveniência para atendimento a mais de um órgão ou entidade (Compras Centralizadas)

Enquadramento Legal: Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas.

Justificativa Gerencial e de Padronização: A Administração Pública é composta por diversas secretarias, departamentos e unidades descentralizadas que necessitam interligar seus sistemas de forma segura. O SRP atua como uma solução de compras centralizadas, onde um órgão gerenciador realiza a licitação. Dessa forma, garante-se:

c) Padronização Tecnológica: Todos os órgãos utilizarão a mesma infraestrutura de rede, facilitando a segurança da informação e a gestão centralizada.

d) Ganho de Escala: A contratação de um quantitativo global de banda e rotas otimiza os custos e reduz o preço unitário do *Megabit* contratado devido ao maior volume negociado.

e) Eficiência Processual: Evita que cada secretaria ou entidade realize processos licitatórios individuais para a mesma finalidade, reduzindo a burocracia e otimizando a força de trabalho dos setores de licitação e tecnologia da informação.

f) Da conveniência das entregas parceladas (Implantação e Expansão)

Enquadramento Legal: Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

Justificativa Operacional: A implantação de uma rede corporativa LAN to LAN de grande capilaridade não ocorre de forma instantânea em todos os prédios. O SRP viabiliza que a empresa contratada realize as instalações e disponibilize os links de forma parcelada/faseada, conforme o cronograma de liberação dos prédios públicos ou disponibilidade orçamentária do órgão. A Administração não é obrigada a contratar ou pagar pela totalidade dos links de uma só vez, acionando o fornecedor apenas quando a infraestrutura local estiver pronta para receber a conectividade.

10.3 Regime de execução

10.3.1 O regime de execução do contrato será por empreitada por **preço unitário**.

10.3.2 A adoção da **empreitada por preço unitário** para links LAN to LAN redundantes na UNIFESP é tecnicamente justificada pela impossibilidade de mensurar antecipadamente as distâncias exatas de cada trecho de fibra óptica ou infraestrutura necessária, garantindo pagamento proporcional ao consumo real.

10.3.2.1 As justificativas técnicas e legais detalhadas para o processo incluem:

a) Imprecisão de Quantitativos: O traçado exato e as distâncias finais (metragem das fibras ópticas) podem sofrer alterações devido à infraestrutura dos *campi* da UNIFESP, inviabilizando a determinação precisa do preço global prévio.

b) Mitigação de Riscos (Jogo de Planilha): Evita o superfaturamento ou desequilíbrio econômico, pois o pagamento será realizado estritamente pelos quantitativos efetivamente instalados e medidos pela área técnica.

c) Flexibilidade de Ampliação/Redução: Facilita futuras manutenções preventivas ou redimensionamentos na topologia de rede, uma vez que novos pontos podem ser adicionados mediante o valor unitário já fixado no contrato.

d) Amparo Legal: A escolha segue as diretrizes da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), sendo o regime mais adequado para serviços com variação inerente de escopo físico.

Os itens foram inseridos para atendimento às recomendações da Procuradoria Federal - Parecer Jurídico 01239/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU (3387061).

10.4 Exigências de habilitação

10.4.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.5 Habilitação jurídica

10.5.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9.Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.10.Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11.Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12.Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14.Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.15 Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito

de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de

atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123](#), de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.23 Qualificação Econômico-Financeira

10.23.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante

10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.32 Qualificação Técnica

10.32.1 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.33. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.34. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.35 Qualificação Técnico Profissional

10.35.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for caso.

10.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.35.1.1. **contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;**

10.35.1.2. **o LICITANTE deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto deste edital, comprovando o fornecimento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos prevista neste edital, emitido(s) em nome do LICITANTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar no referido atestado o nome completo do signatário e o número do CNPJ. O LICITANTE poderá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por empresa de natureza pública e/ou privada, que comprove que a LICITANTE realizou o fornecimento de equipamento compatível com as características do termo de referência de forma satisfatória.**

10.35.1.3. **O LICITANTE poderá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por empresa de natureza pública e/ou privada, que comprove que a LICITANTE realizou o fornecimento de equipamento compatível com as características do termo de referência de forma satisfatória.**

10.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.37. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.38 **Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de São Paulo, conforme item 4.33.1, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.**

10.38.1 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.41 Disposições gerais sobre habilitação

10.41.1 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País

e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.46 Documentação complementar para cooperativas

10.46.1 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.46.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação: **R\$ 1.202.177,76** (um milhão, duzentos e dois mil, cento e setenta e sete reais e setenta e seis centavos), para os primeiros doze meses conforme custos unitários apostos no item 1(um) deste Termo de Referência.

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12 .ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2 Por tratar-se de Registro de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.4 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

~~c) A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~Gestão/Unidade: {...};~~

~~Fonte de Recursos: {...};~~

~~Programa de Trabalho: {...};~~

Elemento de Despesa: [...];

Plano Interno: [...];

~~A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.~~

Cronograma Físico Financeiro

13 Disposições Finais

13.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento 1	(.../.../...) a (.../.../...) ou (...) dias após a emissão da OS	R\$
Evento 2	[...]	R\$
...	[...]	R\$
Evento N	[...]	R\$

JUSTIFICATIVA: informações ainda não estão disponíveis

ANEXOS:

ANEXO I - Estudos Preliminares (SEI 3399686);

ANEXO II - Mapeamento de Riscos (SEI 3202645);

ANEXO III - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (SEI 3206840);

ANEXO IV - Termo de Ciência de Sigilo (SEI 3206842).

JUSTIFICATIVA: complemento às informações disponíveis no presente Termo de Referência

José Carlos Ohta
SIAPE 0012894105

Diretor de Operações de Rede e Data Center

15.1.2 Equipe de Planejamento da Contratação (NOMEAÇÃO EQUIPE DE PLANEJAMENTO nº 2066956/DIRETORIA ADMINISTRATIVA - REITORIA)

15.1.2.1 Integrantes Técnicos:

Thais Rodriguez Toledo
SIAPE 16745651

Marcelo Augusto Moraes Leonardeli
SIAPE 27626454

Luiz Cláudio Gonçalves Junior
SIAPE 12894105

JUSTIFICATIVA DE INCLUSÃO: detalhamento das informações sobre os responsáveis.

LIDIANE CRISTINA DA SILVA
SUPERINTENDENTE DE TI
MATRÍCULA / SIAPE: 44875653

Autoridade Máxima de TIC
APROVO este termo de referência.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência Serviços TIC - Lei 14.133
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: SET/2025



Documento assinado eletronicamente por **Thais Rodriguez de Toledo, Analista de Tecnologia da Informação**, em 16/06/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Gonçalves Junior, Chefe de Divisão**, em 16/06/2026, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Moraes Leonardeli, Chefe de Divisão**, em 16/06/2026, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio de Andrade, Chefe de Divisão**, em 16/06/2026, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Cristina da Silva, Superintendente da Tecnologia da Informação**, em 17/06/2026, às 06:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Trinca dos Santos, Chefe de Divisão**, em 17/06/2026, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3397431** e o código CRC **51AA10FE**.

Rua Sena Madureira, 1500 4º Andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 - <http://www.unifesp.br>